Consideramos em agosto de 2020 a atuação das relações diretas na proposta de Gestão por Desenvolvimento Sustentável. Resgatando brevemente algumas partes do conteúdo, falamos que a disposição das dimensões não é aleatória tendo em vista que existem dimensões que atuam como entes modificados e entes modificantes.

As dimensões que recebem modificações ou recebem influências do ser humano são o Meio Ambiente e Cultura. Estas estão em constante evolução natural, mas os processos de transformação exercidas pelo ente social alteram significativamente certas velocidades que isto ocorre. A evolução das espécies, como exemplo, acontece em escala infinitamente menor que a evolução do crescimento econômico e social. Assim, as dimensões que atuam como entes modificantes, que são a Social e a Econômica além de se transformarem ao longo da história em uma marcha evolutiva natural, são as que demonstram força para atuar nas modificadas, alterando-as a favor do bem estar social ou não.

Os resultados obtidos entre uma dimensão e outra são avaliadas como ações positivadas ou não positivadas. No diagrama proposto para uma nova administração por meio da Gestão por Desenvolvimento Sustentável é dado nomes aos principais (mas não os únicos) temas em que estas ações demonstrarão seus resultados. As relações diretas têm os resultados quer positivo ou não positivo atingidos em prazo mais curto que as relações indiretas. Nesta, proposta para a Gestão por Desenvolvimento Sustentável das relações indiretas, são mais complexas e com difícil cálculo dos efeitos de sua abrangência com o foco no ente social.

Meio Ambiente e Economia

Muito têm-se a dizer neste tópico de relação indireta e é o que nos induz a dissertar com maior profundidade sobre o tema em um artigo destinado apenas às suas considerações. Contudo, dizemos que as ações que a organização precisa desenvolver para resultados positivados ou não positivados estão profundamente ligados às políticas públicas ou de efeito coletivo.

Isto não anula a *Autoregulamentação*[1] do processo de produção, quando por meio de novas tecnologias, que se encontram ou encontrarão em situações não comtempladas na legislação. Mesmo que as atividades empresárias atendam o dispositivo legal, há que considerar a existência das Normas Reguladoras, e ainda que não indicando *o que fazer*, servem de valiosas ferramentas que orientam as atividades de produção para serem conduzidas com o menor impacto ambiental possível.

Também incluímos a este resultado entre as dimensões, do Meio Ambiente e Econômico, a cultura interna das instituições que devem ser executadas, defendidas e determinadas pela alta gestão. Esta condição não é negociável para um sistema de Gestão por Desenvolvimento Sustentável. Presidentes, diretor geral, CEO's precisam assumir como compromisso individual o processo de produção responsável no lugar do processo de produção tolerável. Precisam perceber que a busca pelo lucro[2] é um compromisso pessoal de tal qual importância que a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. E é por isto que nos referimos a pessoa e não ao cargo quando dizemos presidente e não presidência das organizações, diretor geral e não diretoria, CEO's e, neste caso, a alta administração como conjunto de regras.

Sempre haverá a figura do rico e sempre haverá o pobre nas relações sociais. Neste momento, propomos uma mudança moral, e não apenas ética, para que todos estejam comprometidos com o desenvolvimento sustentável por meio de práticas que garantam a vida no planeta (todas as formas de vida), e não apenas com a presença do ser humano nele. É preciso que as diferenças sociais sejam diminuídas e que a miséria seja completamente erradicada. Como proposto no início desta série de textos, não se pretende aprofundar na discussão político-filosófica sobre a moralidade da riqueza e da economia como certa ou errada. O objetivo é buscar uma nova maneira de administrar as organizações garantindo sua rentabilidade com justiça social, preservação ambiental e expansão do conhecimento para todos e todas.

Neste sentido em que as organizações, públicas e privadas, em seu processo de produção, retirando ou autorizando a retirada, de insumos da natureza para a produção de produtos e serviços para a sociedade, a dimensão econômica atua como um ente modificador forte sobre a natureza modificando-a. Mas a natureza não tem recursos infinitos, todos já tem este conhecimento, e por esta razão precisamos mudar os processos de exploração atual e, uma das muitas formas, não pode se dar pela transformação do Meio Ambiente em um capital verde.

O meio ambiente, ou natureza, não podem mais fazer parte do processo de produtivo de uma forma passiva. Não se pode mais aguardar a elaboração de legislação que torne ilegal determinadas atividades só depois da degradação ser constatada. A mudança da percepção na Administração, dentro da dimensão econômica, está em entender que não se pode alterar os espaços naturais, a menos que, seja estritamente necessário para a vida humana e não

para acúmulo do lucro. Este é o novo (velho) conceito moral.

As empresas continuarão aumentando seus rendimentos, pois o ente social demanda produtos e serviços para seu bem estar social. A relevância desta relação é a profunda e inquestionável existência de princípios sustentáveis nos objetivos e metas traçados para alcance dentro das organizações. Urge a mudança na prática do capitalismo voraz da atualidade. A sustentabilidade está ligada a manutenção e longevidade das organizações antes mesmo do crescimento do lucro financeiro.

As relações entre o Meio Ambiente e Economia precisam estar relacionadas com oferta de soluções de práticas melhores com o foco na sobrevivência da vida no planeta – de todas as vidas no planeta. As organizações que possuem sua Autoregulamentação, precisam exigir de seus fornecedores práticas sustentáveis como as que elas mesmas desenvolvem, pois, sem a força da lei em certas situações, esta tem a força ou o poder para serem atendidas como clientes segundo os seus critérios internos.

Percebemos brevemente que as relações do Meio Ambiente e Economia perpassa por políticas públicas ou interesse público. Que a alta administração é responsável pela real mudança dentro das organizações por meio de implantação de cultura interna que priorize a manutenção do meio ambiente. Que mesmo havendo distribuição de riqueza desproporcional, é vital que seja mais justa para a erradicação da miséria. Que a dimensão ambiental não é uma nova espécie de moeda, capital natural ou patrimônio natural que pode ser alterado. Que as empresas precisam explorar os recursos naturais com responsabilidade para atender as necessidades das famílias e não ao lucro abusivo e desperdício. Que estas têm a força multiplicadora nas cadeias de produção em relação às outras organizações.

No próximo texto trataremos da relação da Dimensão Cultural com o Meio Ambiente. Como estas duas dimensões modificadas atuam e como se correspondem e, como esta relação contribuí para a Gestão por Desenvolvimento Sustentável. Pretendemos aprofundar mais na discussão ao examinar os resultados das demais relações indiretas como também perceber a aplicação das ferramentas administrativas para o alcance de metas sustentáveis por meio de ações positivadas.

[1] Autoregulamentação: empresas além de se enquadrarem na legislação ambiental, buscam melhorar sua relação com o meio ambiente por meio de uma política ambiental, identificando seus impactos e definindo seus objetivos e metas.

[2] O único e real objetivo de toda empresa no mercado de capital quer privada, por meios valores negociáveis, quer nas públicas, quando o “lucro” do investimento é traduzido em uma gestão compensatória que diminuirá as diferenças de classes, toda organização espera que sua atividade agregue valor.

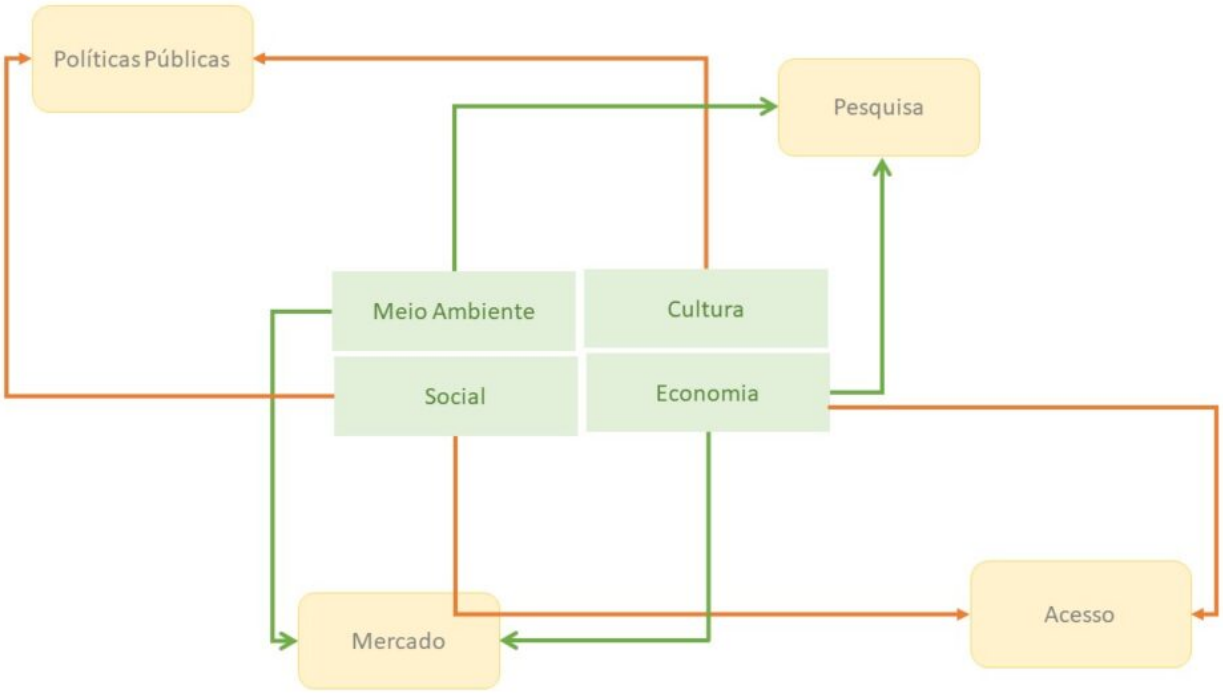


Imagem de capa: Fotos D.R. Cortesia shutterstock.com; Inovare Pesquisa; Stock, Getty Images; SGS Sustentabilidade. Edição digital / montagem: A Pátria